Para ficar em anexo:

De: Atendimento SIC [mailto:atendimento@sic.pt]
Enviada: quinta-feira, 1 de Março de 2012 18:59
Para: 'Relações Públicas'
Cc: Marta Silva
Assunto: RE: A entrevista do Sr. Jornalista Mário Crespo ao Presidente da AOFA, no dia 17 de Fevereiro de 2012 (SIC Notícias - 21H00)

Recebemos a sua mensagem, que mereceu a nossa melhor atenção.

Agradecemos o seu interesse pela nossa estação televisiva e a disponibilidade demonstrada para nos transmitir a sua opinião. Só com a opinião dos nossos telespectadores podemos continuar a melhorar e a ir ao encontro das suas necessidades e interesses. Informamos que a sua insatisfação foi encaminhada para as áreas responsáveis, que tomaram nota da mesma.

Sem outro assunto de momento, agradecendo o seu contacto, e colocando-nos à sua inteira disposição para futuros contactos, apresentamos os nossos melhores cumprimentos em nome de toda a equipa da SIC,

Maria João Começanha

Assistente de Relações Públicas

Junte-se a nós no Facebook em: http://www.facebook.com/sic.tv

Direção Marketing e Publicidade

SIC – Sociedade Independente de Comunicação S.A
Estrada da Outurela, 119, 2794-052 Carnaxide – Portugal
Telef: 808 202 822/ +351 21 4179652 / Fax: +351 21 417 3118
E-Mail: atendimento@sic.pt
www.sic.pt
P Lembre-se da sua responsabilidade para com o ambiente antes de imprimir esta mensagem.
Esta mensagem foi escrita no âmbito do novo Acordo Ortográfico.

From: Relações Públicas [mailto:relacoes.publicas@aofa.pt]
Sent: quinta-feira, 1 de Março de 2012 17:49
To: Atendimento SIC
Subject: A entrevista do Sr. Jornalista Mário Crespo ao Presidente da AOFA, no dia 17 de Fevereiro de 2012 (SIC Notícias - 21H00)

Exmos. Senhores
Pediu-me o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia-Geral da Associação de Oficiais das Forças Armadas, Almirante José Manuel Castanho Paes, para remeter à SIC, com destino ao respectivo Presidente, o texto que se segue.
O informalismo da remessa, de que pedimos desculpa, tem a ver com o facto de se pretender agilizar a comunicação, mas a AOFA encontra-se disponível para proceder da forma que os responsáveis pela SIC julguem ser a mais adequada.
Com os melhores cumprimentos

O Responsável pelas Relações Públicas
José Carlos Alvarez Tasso de Figueiredo
Coronel

Exmo. Senhor Presidente
Em nome dos Órgãos Sociais da AOFA, não podendo concordar com a forma como o Sr. Jornalista Mário Crespo conduziu a entrevista ao Presidente do respectivo Conselho Nacional, no noticiário das 21H00 do passado dia 17 de Fevereiro, venho expor a V. Exa. o seguinte:
Pelas constantes e intempestivas interrupções às respostas que o Presidente da AOFA ia dando, através da formulação de novas perguntas geralmente tendenciosas, que condicionavam, por vezes fortemente, a possibilidade de apresentação dos contraditórios indispensáveis ao cabal esclarecimento das questões em análise, mais parecia que o Sr. Jornalista Mário Crespo não se encontrava interessado em esclarecer as situações verificadas após o discurso de Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional (MDN) no almoço/debate da revista "Segurança e Defesa que teve lugar em 1 de Fevereiro passado, mas sim em deixar os telespectadores com a ideia de que aos militares não assiste qualquer razão.
Inclusivamente, depois do "Frente a Frente" que se seguiu à entrevista, na ausência da possibilidade de uma afirmação em contrário, declarou que os militares por ele entrevistados deram mostras de não perceber que o País se encontra a viver uma crise. O que talvez não tenha ocorrido ao Sr. Jornalista Mário Crespo é que os militares possam estar a sentir muito mais a crise na própria pele do que ele certamente a está a sentir na sua.
Tal tipo de atitudes, até porque as julgamos deontologicamente incorrectas, não podem pois deixar de merecer o nosso mais veemente protesto.
O Sr. Jornalista Mário Crespo deu mostra de estar mal informado, ignorando que os oficiais se viram progressivamente subalternizados, desde há cerca de trinta anos, em termos remuneratórios, relativamente às categorias profissionais que antes lhes serviam de referência (juízes, diplomatas, professores universitários), mesmo nas épocas de maior folga orçamental.
O Sr. Jornalista Mário Crespo ignorou posições anteriores da AOFA, por vezes em conjunto com as outras Associações Profissionais de Militares (APM) em que foi repetidamente afirmado que os oficiais: não se querem eximir aos sacrifícios dos seus concidadãos, mas que gostariam de saber como se chegou a esta situação; que verificam que as medidas impostas não têm a equidade que era devido existir; e, finalmente, que ninguém esclarece qual o horizonte temporal em que elas vão ter lugar.
Na realidade, o Sr. Jornalista Mário Crespo, por muito que se tenha documentado (como afirmou), domina mal a situação nas Forças Armadas e as preocupações que os que servem o País, de uma forma que não tem paralelo na sociedade, vêm sentindo em relação à sustentabilidade da Defesa Militar da República, como se encontra estabelecido na Constituição da RepúblicaPortuguesa.
Pelos vistos, o Sr. Jornalista Mário Crespo não sabe que há um Conceito Estratégico de Defesa Nacional em vigor, que dele decorre um Conceito Estratégico Militar, que as missões cometidas às Forças Armadas, para lhes dar corpo, necessitam de organização e efectivos (sejam Generais ou Soldados) que se encontram definidos em diplomas legais, isto para não falar dos recursos materiais e financeiros que àquelas são necessários. Tudo isto decidido pelo poder político.
Para além disso, o Sr. Jornalista Mário Crespo ignorou a confirmada falta de diálogo com a AOFA e restantes APM por parte de Sua Exa. o MDN ou dos serviços que tutela, num claro e inequívoco incumprimento da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto.
Na entrevista, o Sr. Jornalista Mário Crespo não trouxe à colação que os militares foram surpreendidos e, até, ofendidos com o discurso de Sua Exa. o MDN no almoço/debate promovido pela revista "Segurança e Defesa" e procurou associar a "Carta Aberta" da AOFA, uma consequência clara daquele discurso, às iniciativas sindicais em curso, no que até podia parecer uma tentativa de descredibilizar uma organização que cimentou um sólido crédito junto dos oficiais.

Entretanto, outras questões há a que o Sr. Jornalista Mário Crespo não deu a atenção que obviamente mereciam, tendo em vista o correcto esclarecimento do assunto.
As Forças Armadas Portuguesas são, de longe, a Instituição que mais reorganizações sofreu desde 1974, e, com elas, quase sempre simultaneamente, os princípios que balizam a estrutura superior da Defesa Nacional.
A última dessas reorganizações teve lugar há menos de três anos e dela decorre o Sistema de Forças legalmente aprovado.
No discurso que proferiu no Instituto de Estudos Superiores Militares, no início do ano, Sua Exa. o Primeiro-Ministro afirmou publicamente que uma nova reorganização se aproximava.
Tal anúncio surgiu num contexto de crise em que os militares foram chamados a partilhar sacrifícios com os seus concidadãos, por sinal bem mais penalizadores para eles, para os funcionários da Administração Pública e para os pensionistas, do que para os restantes portugueses com rendimentos para tal.
A juntar-se às dificuldades por que passam os oficiais e às que já se faziam sentir antes (nomeadamente ao nível dos fluxos de carreira, com especial gravidade no Ramo Exército), veio, assim, a intranquilidade de outra mudança numa Instituição que, convenhamos, nunca tendo recusado a racionalização, precisa de estabilidade e segurança.
Por outro lado, a lista dos Órgãos Sociais da AOFA encontra-se publicada na respectiva página da Internet.
Consultando-a, poderá verificar-se, o que o Sr. Jornalista Mário Crespo pelos vistos não terá feito, que fazem parte dos Órgãos Sociais da AOFA ilustres oficiais, muitos deles distinguidos com as mais elevadas condecorações por serviços prestados em campanha ou fora dela, que, entre outras funções, desempenharam as de Presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), Juiz Militar do Supremo Tribunal de Justiça, Vogal do STM, Inspector-Geral da Força Aérea, Director-Geral do Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, Comandante do Pessoal da Força Aérea, Director do Pessoal da Força Aérea, etc.
Integram ainda esses Órgãos, oficiais que desempenharam elevadas funções ao nível do aparelho do Estado ou outras, como: um, primeiro, Director-Geral dos Assuntos Farmacêuticos e, depois, Presidente do Conselho de Administração do INFARMED (por sinal, iniciadas num Governo do PSD), tendo sido, também, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos; outro, as de Presidente da Câmara de Bissau, durante a Guerra; outro, ainda, as de professor universitário, por sinal jubilado há pouco tempo.
Faz parte, igualmente, dos Órgãos Sociais da AOFA, um oficial que desempenhou um papel central no 25 de Abril e se manteve no Conselho da Revolução até ao final do mesmo.
Todos os oficiais que integram os Órgãos Sociais da AOFA, formados nos Valores da Instituição Militar, têm provas dadas da sua entrega à defesa dos Superiores Interesses Nacionais, nos mais diversos níveis hierárquicos.
Quer a Lei quer os estatutos da AOFA, obrigam a associação à independência política, partidária e sindical, princípio que vem sendo cumprido escrupulosamente.
Os documentos que a direcção produz resultam do parecer colectivo do respectivo Secretariado, sempre ratificados pelo Conselho Nacional, se importantes, e, quando se revestem de delicadeza, é requerida a opinião de outros elementos dos restantes Órgãos Sociais. No caso da Carta Aberta a Sua Exa. o MDN, foi solicitada a sua apreciação pelos Presidentes da Assembleia-Geral e do Conselho Deontológico, bem como por outros membros deste último.
A ser como o Sr. Jornalista Mário Crespo sugeriu, isso seria passar um atestado de menoridade intelectual aos membros dos Órgãos Sociais da AOFA.
Poderá o Sr. Jornalista Mário Crespo discordar da forma da Carta, mas a substância (organização; constrangimentos orçamentais e suas consequências na operacionalidade, treino, cumprimento de missões; direitos socioprofissionais) foi amplamente confirmada por intervenções públicas de distintos Oficiais Generais (GEN Espírito Santo, ex-CEMGFA e ex-CEME; GEN Martins Barrento, ex-CEME; GEN Pinto Ramalho, ex-CEME) ou em programas como a Quadratura do Círculo ou, ainda, num Contra-Corrente que tratou a matéria (GEN Loureiro dos Santos, ex-MDN e ex-CEME, e Eng. Ângelo Correia, por sinal uma figura proeminente do PSD). Algumas destas

intervenções tiveram lugar depois da entrevista ao Presidente da AOFA, mas as outras já eram do domínio público.
Bem antes da Carta Aberta, como o Sr. Jornalista Mário Crespo não pode ignorar, já Sua Exa. o Presidente da República se pronunciara acerca da falta de equidade das medidas de austeridade e, até, sobre se não se estaria a ultrapassar os limites do suportável. Antes, também, na abertura do ano judicial, o Exmo. Presidente do STJ alertara para o perigo de se porem em causa direitos adquiridos e o Exmo. Bastonário da Ordem dos Advogados assinalara muito expressivamente a falta de equidade das medidas de austeridade e a injustiça das mesmas. Depois dela (Carta) e a seu propósito, Sua Eminência Reverendíssima D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas, concordou publica e manifestamente com a razão dos militares.
Quanto à forma da Carta, facilmente se concluirá que ela resultou da infeliz intervenção de Sua Exa. o MDN no citado almoço/debate, do seu despropositado e ofensivo teor para quem se orgulha de ser gente séria e honrada e do facto de a AOFA não lhe ter conseguido transmitir de viva voz as suas crescentes preocupações, pese embora o esforço continuado que, ao abrigo da Lei Orgânica nº 3/2001, comprovadamente desenvolveu para que isso se concretizasse.
Permito-me, também, recordar que entre as competências das Associações Profissionais de Militares (APM) se encontra a de promover iniciativas de carácter cívico que contribuam para a unidade e coesão dos militares das Forças Armadas (alínea c) do artigo 2º da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, que, pelos vistos, o Sr. Jornalista Mário Crespo não consultou). Sendo conceitos abertos, se a AOFA tiver conhecimento de um mal-estar generalizado entre os oficiais para com determinadas situações, como vem acontecendo, não tem o dever cívico de o levar a quem de direito, de modo a que possam ser, se possível, corrigidas? Neste caso, através da Carta Aberta, devido aos circunstancialismos já referidos?
Atendendo ao exposto julga a AOFA que a forma como o Sr. Jornalista Mário Crespo conduziu a entrevista do passado dia 17 de Fevereiro ao respectivo Presidente deve merecer a avaliação de quem de direito, diligência que muito nos custa fazer pois que nos tinha habituado a vê-lo, até há pouco temo, como um exemplo de isenção, preocupado em dar voz aos que normalmente não dispõem do poder de a usar.
Gratos pela atenção que V. Exa. venha a dedicar ao assunto,
Com os melhores cumprimentos
O Presidente da Assembleia-Geral
(em representação dos Órgãos Sociais da AOFA)
José Manuel Castanho Paes
Almirante

Link para a entrevista ao Presidente da AOFA, conduzida pelo Sr. Jornalista Mário Crespo
http://sicnoticias.sapo.pt/programas/jornaldas9/article1352889.ece